

CHARLEY TEIXEIRA CHAVES

Doutorando em Direito Processual, Mestre e Especialista em
Direito Processual pela PUC Minas.

Diretor Acadêmico, Coordenador de Curso de Direito e
Pesquisador/Procurador Institucional da FASPI.

Revisor da revista De Jure do Ministério Público de Minas Gerais.
Professor de Graduação e Pós-Graduação.

RECURSO

UM DIREITO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO



Belo Horizonte
2013

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
David França Ribeiro de Carvalho	Luciano Stoller de Faria
Dhenis Cruz Madeira	Luiz Manoel Gomes Júnior
Dirceô Torrecillas Ramos	Luiz Moreira
Emerson Garcia	Márcio Luís de Oliveira
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Mário Lúcio Quintão Soares
Florisbal de Souza Del'Olmo	Nelson Rosenvald
Frederico Barbosa Gomes	Renato Caram
Gilberto Bercovici	Rodrigo Almeida Magalhães
Gregório Assagra de Almeida	Rogério Filippetto
Gustavo Corgosinho	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladmir Oliveira da Silveira
Jean Carlos Fernandes	Wagner Menezes

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2013.

Coordenação Editorial: Fabiana Carvalho

Produção Editorial: Nous Editorial

Revisão: Alexandre Bomfim

Capa: Gustavo Caram e Hugo Soares

C512 Chaves, Charley Teixeira
Recurso: um direito constitucional democrático / Charley Teixeira
Chaves. – Belo Horizonte: Arraes Editores, 2013.
166p.
ISBN: 978-85-8238-005-5

1. Direito penal. 2. Recurso – Direito constitucional.
3. Recursos penais. I. Título.

CDD: 341.5
CDU: 343

Elaborada por: Maria Aparecida Costa Duarte
CRB/6-1047

Avenida Brasil, 1843/loja 110, Savassi
Belo Horizonte/MG - CEP 30.140-002
Tel: (31) 3031-2330

www.arraeseditores.com.br
arraes@arraeseditores.com.br

Belo Horizonte
2013

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
RECURSO: UM DIREITO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO	3
1. Direito Constitucional de Recorrer (Instituto do Recurso).....	3
1.1. A necessidade de criar critérios recursais uniformes.....	6
2. Da sistematização.....	10
2.1. Da uniformização recursal.....	10
2.2. Recurso indiferente.....	11
2.3. A terminologia utilizada para o Recurso Ordinário e Extraordinário.....	13
2.4. Vícios de linguagem. Impropriedade terminológica	14
3. Referências bibliográficas	15
CAPÍTULO 2	
PRINCÍPIOS INSTITUTIVOS E INFORMATIVOS DOS RECURSOS.....	19
1. Introdução.....	19
2. Princípios fundamentais dos recursos	22
2.1. Princípio do duplo “grau” de “jurisdição”	23
2.2. Princípio da taxatividade	29

2.3. Princípio da singularidade, ou unirrecorribilidade, ou unicidade.....	30
2.4. Princípio da fungibilidade.....	32
2.5. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	34
2.6. Princípio da voluntariedade	36
2.7. Princípio da lesividade do provimento	37
2.8. Princípio da dupla conformidade ou <i>doppio conforme</i>	38
2.9. Princípio da consumação.....	38
2.10. Princípio da variabilidade dos recursos	39
2.11. Princípio da complementaridade	39
2.12. Princípio das decisões juridicamente relevantes	40
2.13. Princípio da dialogicidade ou dialeticidade	42
2.14. A distribuição dos recursos	42
3. Considerações finais.....	43
4. Referências bibliográficas	44

CAPÍTULO 3

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE E EFEITOS DOS

RECURSOS.....	49
1. Distinção entre <i>error in iudicando</i> e <i>error in procedendo</i>	49
2. Natureza Jurídica do Recurso.....	51
3. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito	53
4. Natureza do Juízo de Admissibilidade	53
5. O art. 285-A e seus parágrafos, e o parágrafo 1º do art. 518 do CPC.....	54
6. Pressupostos de Admissibilidade	62
6.1. Requisitos genéricos.....	63
6.1.1. Cabimento.....	63
6.1.2. Legitimidade para Recorrer.....	64
6.1.2.1. Legitimação aos Recursos Penais	65
6.1.2.1.1. Assistente da acusação (procedimento penal)...	65
6.1.3. Interesse em Recorrer	66
6.1.4. Tempestividade (recurso manifestamente serôdio).....	67
6.1.4.1. A existência dos prazos impróprios como violação aos princípios da duração razoável do procedimento e da isonomia.....	69
6.1.4.2 Conclusão dos Autos – Obstáculo Judicial – Devolução do prazo.....	75

6.1.4.3. Autos retirados pela parte contrária - Restabelecimento de prazo	76
6.1.4.4. Tempestividade recursal.....	78
6.1.4.5 No procedimento penal - tempestividade recursal.	78
6.1.4.5.1 Prazos para manejo de recursos e suas finalidades.....	78
6.1.4.5.2. No procedimento <i>Penal (Prazos)</i>	78
6.1.4.5.3 Preclusão Temporal no procedimento <i>Cível (Prazos)</i>	80
6.1.5. Regularidade formal.....	80
6.1.5.1. Técnica normativa estrutural dos recursos - Técnica de arazoar recursos	82
6.1.6. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer.....	84
6.1.6.1. Desistência - art. 501 do CPC.....	84
6.1.6.2. Renúncia - art. 502 do CPC.....	85
6.1.6.3. Aceitação.....	85
6.1.7. Preparo (pena de deserção).....	86
6.1.7.1. Deserção no procedimento <i>penal</i>	87
6.1.8. Prequestionamento	87
7. efeitos dos recursos.....	88
7.1. Efeito Devolutivo	88
7.2. Efeito Iterativo (também conhecido como regressivo ou diferido).....	89
7.3. Efeito Suspensivo da eficácia da decisão.....	90
7.3.1. Antecipação dos efeitos da tutela recursal.....	90
7.3.2. No procedimento penal.....	91
7.4. Efeito Expansivo.....	91
7.5. Efeito Translativo	92
7.6. Efeito Substitutivo.....	93
7.7. Questões de fato não invocadas por motivo e força maior	94
7.8. Efeito impeditivo da preclusão.....	95
7.8.1. Preclusão Consumativa.....	95
7.8.1.1. Da juntada de documentos antes da contestação...	96
7.8.1.2. Da compatibilidade da preclusão consumativa com o art. 320, II, do CPC. Necessidade da ausência de contestação. Obrigatoriedade apenas do autor provar os fatos.....	99

7.9. Efeito Extensivo.....	102
7.10. Os recursos e o direito intertemporal	103
8. Referências Bibliográficas.....	104

CAPÍTULO 4

REPERCUSSÃO GERAL: A OBJETIVIZAÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO	109
1. Introdução.....	109
2. Do nascedouro da repercussão geral	110
2.1. Modelo dos Estados Unidos	111
2.2. Da Arguição de Relevância <i>versus</i> Repercussão Geral	115
3. A abstrativização do recurso extraordinário e sua aproximação do controle da constitucionalidade (difuso e concentrado)	119
4. Processamento da repercussão geral	123
4.1. Do <i>quorum</i>	124
4.2. Apreciação da repercussão geral via Plenário Virtual	124
4.3. Fatores objetivos e subjetivos da repercussão geral	125
4.4. Súmula 126 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	129
4.5. Da necessidade ou não da manutenção do prequestionamento da questão constitucional	129
4.6. Da multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia.....	130
4.6.1. Sobrestamento indevido da tramitação de algum recurso extraordinário.....	132
4.7. Eficácia do reconhecimento da repercussão geral da questão debatida	132
4.8. Dos recursos	134
5. Considerações finais.....	134
6. Referências bibliográficas	137

CAPÍTULO 5

MANDADO DE SEGURANÇA: EXCEÇÃO À PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA	141
1. Introdução.....	141
2. Jurisprudência escolhida.....	141
3. Conclusão.....	151
4. Referências bibliográficas	152